

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2023.22.13529>

PODEMOS FALAR EM “CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA”? Das Possíveis Causas e Propostas para o Fortalecimento Democrático

Gabriela Samrsla Möller

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Chapecó/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7378-3235>

Cristhian Magnus de Marco

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Chapecó/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4528-6690>

RESUMO

O tema do presente artigo é a democracia brasileira e os problemas que enfrenta no cenário político atual sob os auspícios de uma “crise da democracia liberal”. O trabalho objetiva aprofundar o panorama atual da democracia brasileira, o que será feito por pesquisa bibliográfica e documental. Propõe-se alguns questionamentos: Quão grave é o que significa viver uma crise democrática? Quais as razões? Quais possíveis soluções para a reversão do quadro? Quais os principais inimigos da democracia brasileira na atualidade? Concluiu-se, primeiro, que a crise da democracia é uma crise que pode ser associada a um movimento de autocratização e subversão sub-reptícia da democracia, praticado notadamente por governos populistas, que, em um cenário de insucesso econômico, corrupção e desconfiança generalizada, ganham apoio e força. Em segundo, o ambiente institucional vivenciado ainda aspira valores democráticos, mas há uma forte tendência de que isso seja afetado negativamente no futuro.

Palavras-chave: democracia brasileira; populismo; autocratização; subversão sub-reptícia.

CAN WE TALK ABOUT A “BRAZILIAN DEMOCRACY CRISIS”? POSSIBLE CAUSES AND PROPOSALS FOR DEMOCRATIC STRENGTHENING

ABSTRACT

The theme of this article is Brazilian democracy and the problems it has been facing in the current political scenario under the auspices of a “crisis of liberal democracy”. The work aims to deepen the current panorama of Brazilian democracy, which will be done through bibliographical and documentary research. It proposes some questions: how serious and what does it mean to live a democratic crisis? What are the reasons? What possible solutions to revert the frame? What are the main enemies of Brazilian democracy today? It was concluded, first, that the crisis of democracy is a crisis that can be associated with a movement of autocratization and surreptitious subversion of democracy, practiced notably by populist governments, which in a scenario of economic failure, corruption, generalized distrust, gain support and strength. Second, the institutional environment experienced still aspires to democratic values, but there is a strong tendency for this to be negatively affected in the future.

Keywords: brazilian democracy; populism; autocratization; surreptitious subversion.

Submetido em: 1/8/2022

Aceito em: 26/5/2023

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo é a democracia brasileira e os problemas que vêm enfrentando no cenário político atual em razão de uma possível “crise democrática”. “Possível” porque é necessário entender melhor uma série de conceitos e números antes de se afirmar esse cenário (nada otimista, diga-se).

A crise das democracias liberais é temática discutida nas várias democracias ocidentais, já tendo sido produzidos interessantes estudos sobre o assunto, que guiarão a compreensão de uma série de conceitos que o presente estudo busca enfrentar, como populismo, autocracia, subversão sub-reptícia e o próprio conceito de democracia, que pode ser abordado de diferentes formas. O trabalho também realiza uma análise dos atuais índices de pesquisa sobre a (in)satisfação democrática brasileira, para se entender a percepção social.

O problema de pesquisa proposto desdobra-se em alguns questionamentos: Qual a percepção do brasileiro quanto à democracia? O que significa viver uma “crise democrática” e quais as razões? Vivemos, no Brasil, uma crise democrática? Como enfrentar os maiores “inimigos” da democracia? O trabalho objetiva aprofundar-se no panorama atual da democracia brasileira e entender quais males afetam nossa democracia.

Para tanto, o texto desdobrar-se-á em três momentos. No primeiro, apresentar-se-á os dados dos principais índices que medem a qualidade da democracia de um país. Após a apresentação dos índices, serão trabalhados conceitos importantes para a crítica que se seguirá, como conceitos de “Estado”, “Estado de direito”, “regime” e “democracia”. Na sequência, os conceitos serão analisados a partir de estudos desenvolvidos por proeminentes autores na temática.

A técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, levando em consideração a vasta literatura sobre o tema, foram selecionados alguns livros, cujo critério de seleção foi a *expertise* e recorte da temática dos autores Adam Przeworski, Guillermo O’Donnell, Anne Applebaum, Yascha Mounk e David Runciman. Quanto à pesquisa documental, foram analisados os seguintes índices sobre democracia: Lapop, Latinobarómetro, V-DEM e *Democracy Index 2020*.¹

2 INDICADORES: O QUE PENSAM HOJE OS BRASILEIROS SOBRE A DEMOCRACIA?

Foram analisados quatro indicadores, dois deles voltados à análise da realidade latino-americana: o Lapop e o *Latinobarómetro*. Outros dois indicadores são globais: o V-Dem e o *Democracy Index*.

Nesta seção serão expostos os resultados de pesquisas que, mais adiante serão analisados. Os dados colhidos atinam principalmente à realidade brasileira, mas na seção também foram realizados comparativos com outros países, especialmente da América Latina, principalmente com a finalidade de evidenciar urgências vividas em nosso país.

¹ A pesquisa no Lapop foi diretamente aos dados primários. No *Latinobarómetro* a pesquisa foi feita no relatório emitido pela instituição e, também, nos dados primários, disponibilizados pelo *site*. No *democracy index* e no V-DEM foram consultados os relatórios emitidos pelas instituições. Todos os dados e relatórios são atuais, reportando-se ao ano de 2021 (V-DEM), 2020 (*Democracy index* e, ao final de 2020, *Latinobarómetro*) ou 2019 (Lapop).

2.1 Lapop e Latinobarómetro

Somente 6% dos latinos acreditam que no seu país há uma “democracia plena”. No Brasil, 54% revelam que há “grandes problemas” na democracia (média entre 2017 a 2020), e para 15% vivemos em uma democracia com “pequenos problemas”. Para 11% dos latino-americanos, não há democracia em seu país (Latinobarómetro, 2021, p. 30).

Os níveis de insatisfação com a democracia brasileira são preocupantes: 2,8% estão “muito satisfeitos”, 19% estão “satisfeitos”, 50% “não estão satisfeitos” e 28% “nada satisfeitos”. Na série histórica desde 1995, o segundo índice (satisfação) diminuiu e o terceiro (insatisfação) aumentou, ou seja, houve piora (Latinobarómetro, 2021).

Entre 2010 e 2020 o apoio à democracia caiu de 63% para 49%. Ainda, tem aumentado o número de pessoas que, além de insatisfeitos com a democracia, não a apoiam. Atualmente, 72% dos latinos estão insatisfeitos com a democracia, mas, desse índice, 49% das pessoas apoiam a democracia (chamados “democratas”), o que coloca em 23% o patamar de latinos insatisfeitos com a democracia e que não a apoiam (chamados “não democratas”)² (Latinobarómetro, 2021, p. 38-40).

No Brasil, 45% apoiam a democracia e acreditam que ela é preferível a outra forma de governo, mas o número mais interessante é para aqueles que “tanto faz” a democracia ou outra forma: era de 20% em 1995 e atualmente é de 41%. No Brasil, um dado alarmante chama a atenção: 60% das pessoas não apoiam a democracia (não democratas), o que coloca o país na lista dos dez países com a democracia mais frágil da América Latina³ (Latinobarómetro, 2021, p. 38-40).⁴

Para o *Latinobarómetro* (2021, p. 40), o que qualifica uma democracia como “vulnerável” não é nem o índice de apoio aos golpes de Estado, que, conforme veremos, é baixo, mas, sim, preocupa o alto índice de “não democratas”, ou seja, que não apoiam a democracia e apoiam outras formas de governo. Pelo alto índice brasileiro, o relatório insere o país dentre os países latinos com democracias mais “vulnerável”, cujo topo é ocupado por Honduras, com 70% de não democratas.

O maior apoio e satisfação com a democracia brasileira na série histórica ocorreu durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando 55% apoiavam o regime democrático. O Brasil, hoje, registra um apoio fraco à democracia, não alcançando índices de 60% de apoio, como outros países (Latinobarómetro, 2021, p. 23).

² Que apoiam outras formas de governos, como governos militares, governos autocráticos e populistas. Quanto aos dois últimos, as pessoas entendem que aquelas formas de governo seriam aceitáveis se “resolvessem os problemas”, ou seja, apoiariam não democracias se estas fossem “efetivas” (Latinobarómetro, 2021, p. 33-34).

³ *Encontramos diez países donde la mayoría de la población no es democrática, es decir no apoya a la democracia como forma de gobierno, lo que representa una debilidad para la defensa de este régimen por parte de los demócratas: Honduras (-70%); Ecuador (-67%); Panamá (-65%); Guatemala (-63%); Brasil (-60%); México y Colombia (-57%); Paraguay (-56%), y El Salvador y Perú (-54%)* (Latinobarómetro, 2021, p. 39).

⁴ Há pequena variação quanto aos dados do Lapop (2019, p. 13-15). Segundo a pesquisa, quanto à insatisfação com a democracia 78% se declaravam insatisfeitos em 2017, mas esse número reduziu para 58% em 2019. Quanto à satisfação, de 22% em 2017 aumentou para 42% em 2019. Deve ser levado em consideração, entretanto, que os dados do *Latinobarómetro* foram colhidos no final de 2020, e a própria pesquisa reconhece que no intervalo entre 2018 e 2020, em alguns países, se registrou aumento de apoio à democracia, como foi o caso do Brasil (de 34% em 2018 passou para 40% em 2020), mas quase metade dos 18 países latinos pesquisados demonstraram diminuição, sendo, em alguns, aguda, como é o caso do Equador, Colômbia, Panamá, Venezuela e Honduras (Latinobarómetro, 2021, p. 18-21).

Ainda, 69% dos brasileiros pensam que a democracia tem problemas, mas é o melhor sistema (o que é chamado pelo relatório de “Democracia Churchilliana”, remetendo-se à clássica expressão de Winston Churchill). A média latina é de 63% e o número apresenta redução desde 2013, quando alcançava 79% (caída de 16 pontos percentuais em menos de uma década) (Latinobarómetro, 2021, p. 31).⁵

Paralelamente, a discordância quanto à frase “a democracia é o melhor sistema” tem aumentado: teve a menor série em 2010, 26%, atingiu 48% em 2017, porém, em 2019, a discordância reduziu para 40%. Se analisarmos os dados de 2017 houve uma melhora quanto à percepção da democracia, mas não é a mesma percepção que havia em 2010. Dentre os países da América Latina, o Brasil ocupa a quinta posição quanto à concordância com a frase.⁶

Quanto ao perfil do cidadão democrata ou não democrata, na medida em que aumenta a idade aumenta o apoio à democracia. Entre os maiores de 60 anos, 65% apoiam a democracia, enquanto os que tem menos de 25 o apoio é de 50% (15 pontos de diferença). A indiferença ao tipo de governo também acompanha esse padrão: é de 31% nos menores de 25 e 23% dos maiores de 60 anos. Mais jovens também apoiam mais os governos autoritários: 18%, em comparação aos 12% maiores de 60 anos. O sexo não influencia significativamente nos resultados (Latinobarómetro, 2021, p. 28).

Dados mostram que quanto maior o grau de instrução educacional maior o apoio à democracia. Os que têm educação básica representam cerca de 54% dos apoiadores, enquanto dentre os que têm superior é 66%. Quanto à classe social, 43% dos que estão na classe alta apoiam a democracia, enquanto 58% são os que estão na classe média baixa e 53% na classe baixa (dez pontos de diferença). O autoritarismo e a indiferença ao tipo de regime também aumentam na medida em que diminui a classe social (Latinobarómetro, 2021, p. 28-29).

No que se refere à posição política, vem ocorrendo um aumento de pessoas que se identificam como de direita. Verifica-se um aumento de 28%, em 2017, para 39%, em 2019, daqueles que se declaram de direita. Quanto à esquerda, houve um decréscimo, reduzindo de 39%, em 2017, para 28% em 2019. Quanto às pessoas que se diziam ao “centro”, somam 39% em 2019, número que vem reduzindo desde 2010, o que denota, também, a polarização política. A direita (50%) é a parcela mais satisfeita com a democracia, seguido do centro (39%) e da esquerda (35%) (Lapop, 2019, p. 11-15).

Para 59% dos brasileiros, em nenhuma circunstância se admitiria um governo militar (Latinobarómetro, 2021, p. 33). Dos que acreditam que se justificaria, 43% são de direita, 31% de esquerda e 30% do centro (Lapop, 2019, p. 19-23).

Cerca de 53% dos brasileiros, entretanto, apoiam outras soluções não democráticas que não o golpe militar (fechamento do Congresso pelo presidente, dissolução do STF pelo presidente, etc.). Na América Latina o índice é de 51%. Esses dados indicam, conforme veremos a seguir, a tendência de aumento do apoio ao populismo e à autocracia. Inclusive, o informe mostra que no Brasil é factível a existência de uma autocracia eleitoral e menos de

⁵ Para o *Latinobarómetro*, a média brasileira de concordância com a frase é de 69%, enquanto, segundo o Lapop, é de 60%.

⁶ Está atrás de Costa Rica (72%), Chile (64%), México (63%) e empata com Colômbia em 60%. (Lapop, 2019, p. 16-18).

uma ditadura militar (Latinobarómetro, 2021, p. 34-35). Em todos os casos o apoio da direita aos golpes é até 20% mais alto do que do centro e da esquerda.⁷

Os latinos, no entanto, não acreditam que o autoritarismo⁸ seja uma opção de governo, pois 77% demonstram a vontade de votar nos seus governantes. Acerca desse ponto, o informe destaca “[...] *por eso Ortega en Nicaragua, Maduro en Venezuela se ven obligados a hacerlas [eleições], aunque sean una farsa*” (Latinobarómetro, 2021, p. 90).

Quanto ao poder das instituições, 57% dos latinos acreditam que o governo tem mais poder, 37% que são os empresários, 33% que são os partidos políticos e 28% acreditam no parlamento. No Brasil, para 50% são os governos e para 38% as empresas (Latinobarómetro, 2021, p. 49-51).

Quanto à confiança, a América Latina é a região mais desconfiada do mundo ante as instituições eleitas por voto popular em comparação com as demais regiões: está a 20 pontos percentuais atrás da Ásia, África, Países Árabes e Eurasia (Latinobarómetro, 2021, p. 62). Quanto à confiança nas instituições democráticas e na igreja, segundo dados da América Latina, segue que: 61% confiam na igreja, 44% nas forças armadas, 36% na polícia, 32% no presidente, 31% na instituição eleitoral, 27% no governo, 25% no poder judicial, 20% no Congresso e 13% nos partidos políticos. No Brasil: 67% na igreja, 57% nas forças armadas, 48% na polícia, 30% no presidente, 30% na instituição eleitoral, 27% no governo, 36% no poder judicial, 23% no Congresso e 13% nos partidos políticos. Verifica-se o baixo grau de confiança no Congresso e nos partidos políticos, o que se confirma pelo dado que, desde 2010, diminuiu de 40% para 29% o número de cidadãos que se sentem próximos a um partido político (Latinobarómetro, 2021, p. 64-71, 89).

Essa “desconfiança” fica nítida também pela percepção de uma “corrupção generalizada” nas instituições democráticas pelos latino-americanos: 58% acreditam que o presidente seja, 55% o parlamento, 50% a polícia, 47% juízes e magistrados, 24% líderes religiosos e 16% algumas famílias. Quanto aos números, há similaridades com o Brasil, mas há que se destacar uma maior desconfiança ante os parlamentares, que chega a 71% no país, e uma confiança maior quanto aos juízes, que é de dez pontos percentuais menores que a média geral da América Latina. É possível afirmar, assim, que há, no mínimo, 47% de desconfiança perante as instituições públicas, o que afeta profundamente a consolidação da democracia (Latinobarómetro, 2021, p. 83-84).

Os dados continuam mostrando que para 52% dos brasileiros a corrupção aumentou, enquanto para 23% houve um progresso na luta contra a corrupção (o mesmo índice, na América Latina, é de 29%) (Latinobarómetro, 2021, p. 74-82). Quanto à confiança interpessoal, ou seja, “o outro” (o vizinho não conhecido, os demais cidadãos), há índices baixos: o Uruguai tem o índice mais alto, com 21% de confiança, enquanto o Brasil, o mais baixo, com 5%. Isso é o reflexo de uma sociedade marcada pela anomia e fechada (Latinobarómetro, 2021, p. 62-63). O reflexo da desconfiança é o aumento da insegurança, pois, paralelo à diminuição da

⁷ Atualmente, 62% não concordam quanto à dissolução do STF. O questionamento envolvendo a dissolução do STF era de 87% de discordância de 2008 a 2012, depois o número começou a decrescer, ou seja, aumentou a concordância (Lapop, 2019, p. 24-30).

⁸ Não confundir “autocracia” com “autoritarismo”. A diferença será mais bem delineada mais adiante.

confiança, aumentou o índice de pessoas que desejam ter arma de fogo no Brasil: de 21% em 2012 para 43% hoje (Lapop, 2019, p. 40).

Alguns outros dados sobre o Brasil: 32,5% acreditam que os tribunais garantem julgamentos justos (terceira melhor classificação na América Latina); 51,1% mostram que os direitos dos cidadãos estão bem protegidos (nono lugar na América Latina); 30,9% acreditam que o Congresso Nacional é confiável (quinto lugar na América Latina); 13,4% dizem que tem confiança nos partidos políticos (décimo lugar na América Latina), posto que 89,8% pensam que todos os partidos têm envolvimento com corrupção (segundo lugar na América Latina); e 44,9% apontam ter confiança no STF (terceiro lugar na América Latina) (Lapop, 2019, p. 55-64).

No que se refere à proteção das garantias civis, como liberdade de expressão, participação política e eleição de profissão e religião, 68% acreditam ter garantia de eleger sua religião, 57% a liberdade de eleger a profissão, 46% a liberdade de expressão e 45% a liberdade de participar em política. É de se destacar que os números foram afetados pela pandemia, pois não caíam há 15 anos, a não ser pela liberdade de participar da política, que caiu 20 pontos percentuais desde 2011. Quanto à liberdade de expressão, o Brasil tem a pior taxa da América Latina, 30%. É também o pior quanto à liberdade de eleger profissão, 38%. A percepção de perda de liberdades civis é profundamente preocupante para a democracia (Latinobarómetro, 2021, p. 54-57).

Quanto às garantias econômicas e sociais, houve também uma queda na proteção em 2020, tal como no caso das garantias civis. O Brasil tem o pior índice na percepção da igualdade de gênero (22%), de igualdade de oportunidades (20%), proteção do meio ambiente (20%) e terceiro pior quanto à segurança social (23%). No geral, 43% afirmavam haver proteção da propriedade privada, 42% liberdade entre homens e mulheres, 38% proteção do meio ambiente, 37% solidariedade com pobres e necessitados, 35% segurança social, 34% igualdade de oportunidades, 28% proteção contra o crime, 27% oportunidade de conseguir trabalho e 20% distribuição de riqueza (Latinobarómetro, 2021, p. 58-61).

Quanto à percepção de discriminação, 21% dos latinos sentem-se parte de um grupo discriminado (pobres, indígenas, afrodescendentes, homossexuais e imigrantes). No Brasil, esse número chega a 39%, cujo maior índice, dentre os grupos discriminados, é a discriminação racial (Latinobarómetro, 2021, p. 86-87).

2.2 *Democracy Index* e V-DEM Institute

O *Democracy Index 2020* (The Economist Intelligence Unit, 2020, p. 10, 37-38) classifica os países em: “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” (todos considerados democracias) e “regimes autoritários” (considerados ditatoriais). Em 2020 o Brasil foi classificado como uma “democracia imperfeita”, ocupando o 49º lugar no Ranking

de avaliação das democracias, com a pontuação de 6,92, de 10.⁹ A América Latina vem decrescendo na sua pontuação geral (atualmente 6,09), principalmente em pontos como processo eleitoral e liberdades civis. Os piores índices do Brasil são relacionados à participação política, ao funcionamento de governo e à cultura política; O melhor ponto, relativo ao processo eleitoral.

Diferente do *Democracy Index*, o V-DEM Institute (2021, p. 18) classifica as democracias da seguinte forma: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia liberal. As autocracias eleitorais e as fechadas abrigam 68% da população mundial, enquanto o número de pessoas que vive em democracias liberais no mundo é de 14%, e 29% vivem em democracias eleitorais. O Brasil é classificado como uma “democracia eleitoral”.

O relatório anual do V-DEM Institute (2021, p. 9, 13) foi denominado em 2021 “*Autocratization turns viral*”. Em 2020 foi “*Year of lockdown*” e 2019 “*Year of protest*”. A razão para o nome é que os dados do relatório mostram que, mesmo que haja mais democracia liberal do que nos anos 1970 e 1980, há um declínio global da democracia liberal, pois os níveis atuais de democracia são menores do que nos anos 1990. O declínio é sentido principalmente na região da Ásia-Pacífico, Europa Oriental e Ásia Central e América Latina.

O Brasil está incluído dentre os dez países cuja democracia liberal mais reduziu nos últimos dez anos e mais a autocracia aumentou, estando em quarto lugar quanto à “autocratização”. Apesar disso, ainda se mantém como uma democracia, porém uma democracia eleitoral, e não, destaca-se, uma democracia liberal (V-DEM Institute, 2021, p. 18-19).

2.3 Algumas percepções preliminares sobre a democracia brasileira

Dos dados trazidos supra pelos índices, passa-se a uma breve sistematização, cujas conclusões serão mais bem analisadas na próxima seção.

⁹ *Democracias Plenas*: países nos quais não apenas as liberdades políticas básicas e as liberdades civis são respeitadas, mas também tendem a ser sustentadas por uma cultura política conducente ao florescimento da democracia. O funcionamento do governo é satisfatório. A mídia é independente e diversificada. Existe um sistema eficaz de freios e contrapesos. O Judiciário é independente e as decisões judiciais são aplicadas. Existem apenas problemas limitados no funcionamento das democracias. *Democracias Imperfeitas*: esses países também têm eleições livres e justas e, mesmo que haja problemas (como violações da liberdade de imprensa), as liberdades civis básicas são respeitadas. Existem, no entanto, deficiências significativas em outros aspectos da democracia, incluindo problemas de governança, uma cultura política subdesenvolvida e baixos níveis de participação política. *Regimes Híbridos*: as eleições têm irregularidades substanciais que, muitas vezes, as impedem de serem livres e justas. A pressão do governo sobre os partidos e candidatos da oposição pode ser comum. Fraquezas sérias são mais prevalentes do que em democracias imperfeitas – na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política. A corrupção tende a ser generalizada e o Estado de direito é fraco. A sociedade civil é fraca. Normalmente há assédio e pressão sobre os jornalistas e o Judiciário não é independente. *Regimes Autoritários*: nesses Estados o pluralismo político estadual está ausente ou fortemente circunscrito. Muitos países nesta categoria são ditaduras absolutas. Algumas instituições formais de democracia podem existir, mas têm pouca substância. As eleições, se ocorrerem, não são livres e justas. Há desrespeito pelos abusos e violações das liberdades civis. A mídia é tipicamente estatal ou controlada por grupos ligados ao regime governante. Há repressão às críticas ao governo e censura generalizada. Não há Judiciário independente (The Economist Intelligence Unit, 2020, p. 57, tradução nossa).

Quadro 1 – Conclusões sobre a democracia brasileira a partir dos indicadores

Há uma parcela expressiva da população que identifica “grandes problemas” na democracia brasileira (44%).
O apoio à democracia brasileira caiu cerca de 10 pontos nos últimos 6 anos (45%). 55% não apoiam a democracia.
80% dos brasileiros estão pouco ou nada satisfeitos com a democracia.
Os mais jovens apoiam menos a democracia, bem como são mais indiferentes ao tipo de regime e governo, e apoiam mais os regimes autoritários do que os mais velhos. Quanto maior o grau de instrução educacional maior o apoio à democracia. Quanto mais baixa a classe menor o apoio.
Há um aumento de pessoas que se identificam com a posição política de direita e um decréscimo, na mesma proporção, do aumento da direita para a esquerda.
Para 59% dos brasileiros em nenhuma circunstância um golpe militar se justificaria; entretanto 53% dos brasileiros apoiam outras soluções não democráticas.
O apoio da direita a golpes é 20% maior dos que se declaram de centro ou esquerda.
77% dos latino-americanos demonstram vontade de votar e participar de eleições, ou seja, preferem o voto à opressão política autoritária.
Há um alto índice de desconfiança ante as instituições públicas, principalmente quanto ao Congresso e aos partidos políticos. Isso traduz-se nos altos índices de percepção da corrupção.
Desde 2010 diminuiu 10% quanto à proximidade dos cidadãos com algum partido político.
Desde 2012 dobrou o percentual de pessoas que gostariam de ter arma de fogo.
O Brasil tem dois direitos civis profundamente afetados: liberdade de expressão e de eleger profissão. Quanto aos direitos sociais, o Brasil tem o pior índice da América Latina quanto à igualdade de gênero, igualdade de oportunidades e proteção do meio ambiente.
O Brasil tem um alto índice de discriminação, principalmente no que se refere à discriminação racial.
Para os índices globais, o Brasil é classificado como “democracia imperfeita” e como “democracia eleitoral”. Isso espelha que não somos uma democracia liberal.
O Brasil está dentre os dez países com maiores índices de “autocratização”.

Fonte: Os autores.

3 UM PRIMEIRO PASSO:

COMPREENDENDO GOVERNO, REGIME, NAÇÃO E DEMOCRACIA LIBERAL

Na presente seção, para que seja possível analisar criticamente os dados, pergunta-se: O que é o Estado? O que é o Estado de direito? O que é uma nação? O conceito de nação é relevante, hoje? O que é a democracia liberal? A democracia é um regime ou é uma forma do Estado?

Quanto ao primeiro ponto, o Estado é um fenômeno recente que ganha forma na medida em que toma o controle dos meios de coerção sobre determinado território e a população daquele território (nação) e cria burocracias hierarquicamente subordinadas ao poder central. O Estado “de direito”, por sua vez, nasce na medida em que os vários “tipos de direito”¹⁰ foram absorvidos pela legislação, produzida desde o centro do poder (O’Donnel, 2004, p. 16-18).

¹⁰ Consuetudinário, urbano, feudal, religioso.

A partir do que foi delineado, verifica-se que o Estado possui três dimensões. As burocracias e o sistema legal pretendem gerar a ordem e a previsão das relações sociais – primeira e segunda dimensão do Estado –, e, ao fazer isso, o Estado garante a continuidade histórica da nação, ou seja, busca ser um foco de identidade coletiva para os habitantes do território, com o fim de superar conflitos sociais, em nome de um sentimento de união maior – seria essa a terceira dimensão do Estado (O’Donnel, 2004, p. 22).

O “regime” de um Estado, por sua vez, é o padrão que determina o canal de acesso às principais posições do governo, o perfil dos atores admitidos, os recursos e estratégias utilizadas para ganhar o acesso e instituições pelas quais o acesso é processado. Logo, o acesso às posições de governo se dá pelo regime, que permite que o representante governe e tome decisões (O’Donnel, 2004, p. 13-14).

Quanto à democracia, muitos são os que já a conceituaram. Há visões maximalistas¹¹ e minimalistas. Przeworski (2020, p. 12-13) enquadra-se no segundo grupo. O autor adota uma análise minimalista e eleitoral da democracia, assim conceituada: “[...] arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem [...]”. É essa abordagem que o estudo seguirá.

Przeworski (2020, p. 83-85) mostra que o milagre de uma democracia é que forças políticas aceitem o resultado da votação, pois o resultado de uma eleição impõe a uma parcela da população a submissão a uma opinião diferente ou contrária a seus interesses. As eleições substituem a violência, pois revelam às pessoas os limites temporais de um governo, incutem o respeito às instituições e promovem, assim, a paz. A autorização para governar, concedida pelo voto, porém, deve ser capaz de fazer com que o representante queira respeitar as regras, seja para ser reeleito seja para não ser retirado do cargo (Mounk, 2019, p. 138-139).

O’Donnel (2004, p. 36-39) elenca algumas características da democracia. A primeira característica são eleições limpas, institucionalizadas, e a segunda são eleições inclusivas e universalistas. Na democracia, o cidadão, aquele que cumpre o requisito de nacionalidade, é a unidade individual do regime democrático e tem direito de votar e de ser eleito, bem como de ocupar cargos no aparato estatal. Essas características são associadas ao regime democrático (O’Donnel, 2004, p. 22-28).

Outra característica, esta associada ao Estado democrático, é a existência de um sistema legal que sanciona direitos e liberdades incluídos na definição do regime democrático, e a última, por fim, é um sistema legal que previna que o governante usurpa o poder. Isso significa que a estabilidade democrática deve ser mantida também durante o período do governo eleito.

Durante o governo, uma democracia busca processar conflitos de forma ordeira dentro do âmbito institucional, com o fim de evitar ameaças à ordem pública, para que as forças políticas que acessaram ao poder consigam se envolver nas atividades políticas. Para tanto,

¹¹ A visão interessante de Jacques Rancière (1996, p. 23-34) merece destaque. Para o autor, a democracia é o modo de subjetivação da política e não um regime, um conjunto de instituições. Pela democracia, a política questiona a ordem da distribuição dos corpos (igualdade). Recomenda-se a leitura das obras do autor: “Ódio à democracia” e “O desentendimento político e a filosofia”.

as organizações de oposição¹² envolvidas nos conflitos também devem ter incentivos para buscar seus interesses nos canais institucionais e aceitar eventuais resultados desfavoráveis, o que demanda que os interesses sejam balanceados (Przeworski, 2020, p. 13).

Ainda, há que se falar sobre “democracia liberal”, que traduz a plenitude democrática nos termos das pesquisas acima analisadas, cuja definição aqui adotada será a de que “[...] liberal é alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais.” (Mounk, 2019, p. 38). Basicamente, é a união entre a vontade do povo (democracia) e os direitos individuais (liberalismo).

O’Donnell (2004, p. 54-56) destaca a importância de abordarmos com maior cuidado a percepção de democracia liberal nos países latinos. Em países desenvolvidos os direitos civis foram efetivados antes da adoção da inclusão e universalização dos direitos políticos. Também, nas teorias, há uma pressuposição de que a legalidade do Estado se estende de forma homogênea no território. Essas teorias não se adaptam à realidade latina. O padrão modal latino (de base nacional-populista), foi assim exposto: primeiro foram reconhecidos alguns direitos sociais; mais tarde houve a aquisição de direitos políticos por meio de processos de democratização; depois, direitos civis foram instituídos de forma intermitente¹³. Esse cenário é importante para entendermos os problemas de efetividade dos direitos fundamentais e cidadania em nosso território.

Pontuados alguns conceitos, passa-se à análise de fenômenos recentes vivenciados na democracia brasileira (também vivenciados em âmbito global), conceituando-os e os analisando a partir dos dados, a fim de se verificar as características atuais da democracia brasileira.

4 FIM DA DEMOCRACIA LIBERAL? POPULISMO? AUTOCRATIZAÇÃO? OS CAMINHOS DO BRASIL

Paira no ar, hoje, um medo de uma queda brusca da democracia liberal. Esse mesmo medo já foi sentido em outras ocasiões, mas hoje alguns fenômenos novos e complexos assustam as pessoas e as fazem temer mais profundamente. Ao mesmo tempo, há ainda pouca compreensão sobre o que significam e qual a ameaça real que apresentam à democracia.

A proposta é investigar as diversas ameaças ao processo eleitoral no sentido de não seguirem o *script* supradelineado, ou seja, que acabem incidindo em violações das garantias civis e políticas, desgaste na confiança das instituições e redução do apoio ao sistema democrático e suas instituições (Przeworski, 2020, p. 12).

Existem algumas razões pelas quais as democracias fracassam (Przeworski, 2020, p. 88; Mounk, 2019, p. 39-40):

- a. Quando as democracias seguem um caminho que restrinja direitos (e isso mesmo que tenha eleições livres e competitivas);

¹² É de suma importância, em uma democracia, que a oposição tenha parte no governo e consista em voz importante, pois, caso não tenha voz, é possível que revoltas violentas eclodam, constituindo perda da manutenção da ordem pública (Przeworski, 2020, p. 85-87).

¹³ Sugere-se a leitura das p. 20-35 do texto do autor.

- b. Quando o governo abusa das vantagens e torna a eleição não competitiva;
- c. Quando eleições raramente denotam a opinião popular (ocorre normalmente quando a política é comandada pela elite) e não tem consequência na vida das pessoas;
- d. Quando o conflito é intenso e há muita polarização;
- e. Quando o governo interpreta a oposição como subversiva e é empurrada para fora do quadro institucional.

Para Mounk, a “cola” entre democracia e liberalismo vem perdendo a aderência. Dois caminhos poderão seguir: um sistema sem direitos individuais, que pode se voltar contra o povo (iliberal); e um sistema que prescinde da vontade popular, recorrendo-se à repressão para dar fim aos dissidentes (antidemocrático) (Mounk, 2019, p. 119-120).

A partir de um recorte na América Latina, O’Donnel (2004, p. 12-13, 40) assegura que há um severo déficit de credibilidade causado pela ineficácia das instituições e/ou da colonização delas por interesses privados. Seguem algumas deficiências:

- a. os governos eleitos são vistos como incapazes ou não dispostos a encarar questões relacionadas à desigualdade social;
- b. o Estado está debilitado enormemente pela corrupção e clientelismo;
- c. a legalidade não se estende a todo o território. Há vastas áreas sem alcance do direito;
- d. o direito é aplicado não poucas vezes de forma discriminatória contra minorias.
- e. cidadania de baixa intensidade, pois, via de regra, todos têm alcance aos direitos políticos, mas para muitos são negados direitos sociais básicos e direitos civis básicos (por exemplo, proteção contra violência policial). São os material e legalmente pobres (O’Donnel, 2004, p. 48-49).¹⁴

O Estado não consegue cumprir a dimensão de legalidade e é incapaz de atuar para a redução das desigualdades sociais. O Estado acaba reproduzindo as desigualdades e facilitando-as (O’Donnel, 2004, p. 49-51).

4.1 Fenômenos relacionados à crise da democracia

Segundo Przeworski (2020, p. 14-16), “crise” significa que algo tem de mudar, que não é possível continuar do modo que está. A crise não significa “morte da democracia”, pois a resolução do problema pode advir de reformas parciais sem que a democracia seja dissolvida, até porque, conforme ficará claro, será identificado que fatores econômicos, sociais, tecnológicos e políticos, juntos, e não isolados, ocasionam a crise democrática, conforme opinião de Przeworski (2020, p. 69-70), Applebaum (2021, p. 63) e Mounk (2019, p. 214-215).

O sinal mais iminente de que se está vivenciado uma crise da democracia é quando já se observam os seguintes fenômenos: violência substitui o voto ou quando ocupantes tornam

¹⁴ Segundo o *Latinobarómetro* (2021, p. 23-24), três democracias estão profundamente afetadas: El Salvador, Honduras e Guatemala. No caso, segundo o informe, não seria a democracia em si que apresentaria problemas, mas a ausência de Estado. Inclusive, muitas das debilidades latinas devem-se às debilidades do Estado, pois sem ele não pode haver república ou democracia.

impossível para a oposição tirá-los do cargo. Nesses casos, a ordem pública entra em colapso (Przeworski, 2020, p. 23-27).

A presente seção buscará entender o que pode vir a acarretar ou contribuir para a crise da democracia. Przeworski (2020, p. 23-27) destaca que alguns pontos, como maior desenvolvimento econômico e menor índice de desigualdade social, reduzem a possibilidade de crise, assim como aumentam a existência do regime presidencialista. A discussão, porém, vai além.

A seguir apresenta-se alguns fenômenos que são apontados como causa do enfraquecimento do apoio à democracia segundo pesquisas, esquematizados em um Quadro para melhor análise.

Quadro 2 – Fenômenos relacionados ao enfraquecimento do apoio à democracia

Fenômeno e conceito	Causa	Efeito
Fim da crença no progresso material	A convivência, na atualidade, não é mais pacífica. Associa-se esse fenômeno ao ciclo neoliberal iniciado nos anos 80 do século 20 (Przeworski, 2020, p. 16-17, 57-61; Mounk, 2019, p. 191).	Aprofunda-se a desigualdade e paralisa-se a perspectiva de mobilização social (Mounk, 2019, p. 187-190; Castells, 2018, p. 36-37). Emerge uma percepção que empresas exercem um alto poder nas relações, o que distorce o papel do Estado (Latinobarómetro, 2021, p. 49-51) No Brasil, mesmo com a redução do PIB, o apoio à democracia não caiu vertiginosamente, mas é possível afirmar que o fator econômico pode influenciar no apoio de ações anti-institucionais, levando ao enfraquecimento democrático.
A democracia existe de forma “desconfortável” com o capitalismo. Funciona na medida em que a coexistência proporciona uma melhora na condição de vida das pessoas (Przeworski, 2020, p. 16-17).		Os índices históricos de aprovação do governo refletem que a aprovação diminui na medida em que problemas que sustentam desigualdades não são solucionados e que resultados tateáveis não são apresentados (Latinobarómetro, 2021, p. 23, 47).
Novas tecnologias e informação	A revolução da comunicação foi muito rápida e distante da regulação estatal. Fenômenos como algoritmos, que incrementam falsas percepções, bem como as <i>Fake News</i> , criam um âmbito informativo extenso e dificultam diferenciar o verdadeiro e o falso (Applebaum, 2021, p. 66-68).	É positivo, no sentido de que o discurso político não é mais o oligopólio do governo, e nem por ele pode ser controlado, mas, por conta disso, há também mais facilidade para derrubar democracias liberais (Mounk, 2019, p. 176). Outro ponto extremamente negativo é o aprofundamento da polarização política e social, potencializada pelo uso de algoritmos, por exemplo, levando aos extremos da intolerância.
Com a democratização da internet, reduziu-se a diferença entre <i>insiders</i> e <i>outsiders</i> políticos, ampliando a participação para além das elites políticas (Mounk, 2019, p. 28-29). Com as tecnologias, aumentou também a possibilidade de vigiar e acompanhar a atuação dos políticos (Runciman, 2018, p. 127-128).		

Sociedade polarizada	Cada vez mais as eleições denotam um cenário de alta polarização política da sociedade. Os resultados cada vez mais “apertados” revelam isso. No mesmo sentido, socialmente, cada vez mais as relações sociais têm se desgastado e têm sido interrompidas fundadas na posição política das pessoas.	Mais do que simplesmente visões de mundo opostas, as pessoas tendem a ter visões excludentes e intolerantes. O índice baixíssimo, quase nulo, sobre a confiança no próximo deixa muito claro o quanto a noção de “nação” está mal configurada na democracia brasileira. O grande problema da polarização política é que mesmo o mais bem-intencionado político democrata encontrará dificuldade em regular conflitos de uma sociedade altamente polarizada (Przeworski, 2020, p. 14). Uma democracia não existe se não consegue regular os conflitos que se lhe apresentam.
A ideia democrática de que oponentes políticos não são inimigos e devem ser respeitados não é uma criação simples, mas extremamente sofisticada. Se os rivais forem encarados como ameaças há muito o que temer se forem eleitos, o que abre espaço para reações não democráticas a eleições (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 81-84). Ademais, quando uma sociedade não é altamente polarizada, é possível unir as pessoas em torno de um conceito de nação, que cria um ambiente de tolerância da diferença e respeito.	Há um distanciamento entre partidos e pessoas, fundado numa ausência de identificação. Trata-se de um sinal da fraqueza organizacional ou insatisfação com a classe política (Przeworski, 2020, p. 74). Quanto à insatisfação, observa-se, na democracia, um aumento da corrupção – ocasionada, principalmente, pelo financiamento de partidos e o custo da política profissional – de modo que a política passa a ser vista como um negócio despreocupado com pessoas (Castells, 2018, p. 14-19; Mounk, 2019, p. 102-112).	Isso ocasiona um descolamento e defesa de propostas políticas. Busca-se “salvadores” que venham com “respostas prontas”, e não com um projeto e com um posicionamento político (Applebaum, 2021, p. 68). Nesse sentido, não se elege um político pela proposta traçada e pelo plano do partido ¹⁵ . Esses atores articulam discursos xenofóbico, racistas, patriarcais e propõem a reconstrução pela visão de um líder ou em uma causa e o discurso rejeita o estado geral das coisas (Castells, 2018, p. 29-30). Os dados (Latino-barómetro, 2021, p. 74-89) revelam que as pessoas não votam, hoje, no partido político: 52% declaravam que não votavam em partido em 2005 e em 2020 esse percentual aumentou para 63%. No Brasil, para 71% os parlamentares são corruptos e para 52% houve um aumento da corrupção.
Corrupção e desconfiança: o distanciamento dos partidos políticos	A aproximação entre pessoas e partido é muito importante na medida que as pessoas passam a se sentir parte de um projeto político e social. O distanciamento é notadamente causado pela corrupção e pela percepção de que a política é “profissional” despreocupada com a vida das pessoas.	

Fonte: Os autores.

Como reflexo da análise feita, Przeworski (2020) ressalta que o que mais o “assusta” quanto ao futuro da democracia não é a questão sobre a sua sobrevivência ou não, pois acredita que isso não está em jogo na maioria dos países, mas, por se tratar de uma crise que não é só política, tem raízes profundas na economia e na sociedade (p. 101-102).

¹⁵ A concretização dessa realidade no Brasil se dá pelo fato de o presidente Bolsonaro ter ficado, durante a presidência, sem partido político por dois anos. Para seus eleitores, pouco importava o partido ao qual ele estava filiado ou se filiaria. No final de novembro de 2021, filiou-se ao PL para concorrer à reeleição, uma vez que é pressuposto da candidatura estar filiado. É a nona legenda política que o presidente possui em sua trajetória política (Gomes; Borges; Oliveira, 2021).

Desse modo, atribuir à democracia a culpa pelos problemas gerados é algo extremamente simplista.

Na sequência, o estudo se debruçará sobre os efeitos desses fenômenos, que darão cor e forma à crise: o populismo, a autocracia e a subversão sub-reptícia, que, juntos, são uma coisa só. No ponto localizam-se os fenômenos que degradam as democracias liberais.

4.1 Populismo, autocracia e subversão sub-reptícia: da crise democrática atual

A desilusão quanto à política e quanto aos resultados da democracia atual ganha uma nova dimensão na atualidade, pois, conforme aponta Runciman (2018, p. 61-62), antigamente a desilusão ligava-se a um ou outro partido, mas hoje liga-se à própria democracia liberal. Analisados alguns fenômenos que enfraquecem a democracia, passa-se a uma análise dos efeitos desses sintomas, que são sentidos na configuração do campo político.

Emerge, hoje, uma série de políticos com as seguintes características:

- a. defendem que a política é comandada por uma elite corrupta e se apresentam como antissistema, *antiestablishment* (Przeworski, 2020, p. 49-50);
- b. diferente do líder autoritário, pretendem a eleição segundo o jogo democrático – logo, não são antidemocráticos, mas apresentam elementos anti-institucionais, na medida em que não acreditam que as instituições funcionem no modelo “tradicional” (Przeworski, 2020, p. 49-50);
- c. colocam a culpa pelos problemas democráticos em determinados grupos (os “chineses”, os “comunistas”, os “imigrantes”...) (Mounk, 2019, p. 19-20);
- d. defendem que resolver os problemas profundos do nosso tempo é simples: escutar o povo, pois o povo sabe intuitivamente o que fazer. A vontade popular pode, inclusive, “atropelar” direitos individuais (Mounk, 2019, p. 19-20; Przeworski, 2020, p. 50);
- e. defendem que existe uma “conspiração” quanto à formatação do tradicional sistema político e criam um sentimento de acesso especial à verdade (Applebaum, 2021, p. 29; Runciman, 2018, p. 56).

Essas são todas características de um governo de cunho populista. A maior consequência do governo populista é que, em que pese alçar o poder de forma democrática, o governo acaba tomando atitudes iliberais como consequência das críticas abertas e ataques às instituições “tradicionais” (Mounk, 2019, p. 46-48). Assim, a maior consequência que decorre da chegada de um populista ao poder é o fato de investir contra a democracia.

Por isso, é tradicional que um governo populista acabe tomando atitudes chamadas “autocráticas”.¹⁶ A autocratização de um país segue o seguinte padrão: governos atacam a mídia e a sociedade civil, polarizam a sociedade, desrespeitam oponentes por intermédio de informações falsas e depois miram uma eleição/reeleição. O panorama autocrático é confirmado pela piora dos níveis relacionados a garantias civis e políticas (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 66-76).

¹⁶ Levitsky e Ziblatt (2018, p. 23-34) ressaltam que foi isso que ocorreu na América Latina com Fujimori, Chávez, Evo Morales, Gutiérrez e Rafael Correa. Todos eram *outsiders* e enfraqueceram instituições democráticas. Nesses casos, passou-se de um populismo para um movimento de autocratização que, em alguns casos, culminou no autoritarismo.

“Autocracia” refere-se ao modo como o poder estatal é distribuído, ou seja, não se relaciona com a legitimidade democrática (é possível um populismo autocrático em um regime democrático). Inclusive, há uma dificuldade imensa de se combater o populismo autocrático, pelo fato de ter sido legitimado por um processo eleitoral democrático.

O movimento autocrático de tomadas de decisão antidemocráticas com aparência de legitimidade, e, muitas vezes, legitimada pela Constituição, é o principal desafio da democracia. Esse fenômeno chama-se “subversão sub-reptícia” (Przeworski, 2020, p. 16). Esse fenômeno é o que mais assombra as democracias liberais hoje.

Existem diferentes tipos de golpe. O golpe à maneira clássica deixa claro que a democracia não mais vigora. Outro, porém, “faz de conta” que a democracia está intacta, mantendo o processo eleitoral. Nesse tipo de golpe a democracia não é o inimigo a se destruir, mas é um disfarce para a subversão (Latinobarómetro, 2021, p. 74-82).

O golpe perpetrado pela subversão sub-reptícia funciona do seguinte modo: o político faz uso dos mecanismos legais e institucionais para fins de retrocesso e desconstrução das instituições democráticas. Não há uma quebra manifesta da democracia, pois o golpe é legitimado pelas ferramentas institucionais e não são “bruscas”, mas, sim, tomadas dentro do quadro legal. Da análise das medidas tomadas por um governo, entretanto, é possível verificar um quadro antidemocrático, mas, até que os pontos sejam ligados, os danos à democracia já foram causados (Przeworski, 2020, p. 16, 89-93).

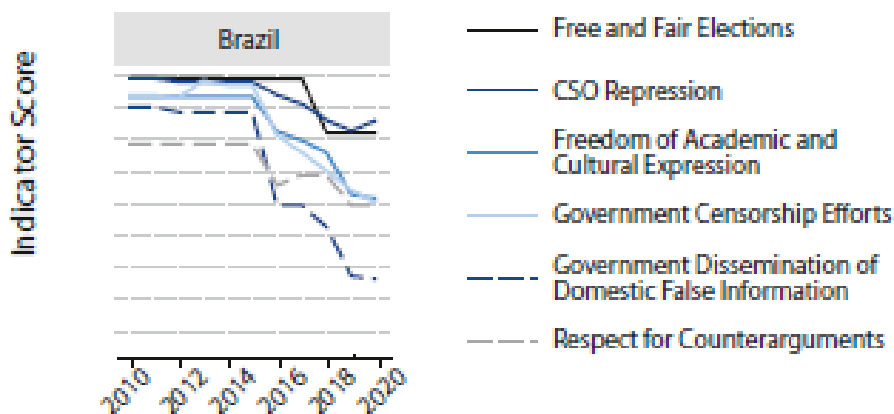
Qual o objetivo? O objetivo é se perpetuar no poder por meio de um enfraquecimento paulatino da oposição e pelo desrespeito do jogo eleitoral.

A principal ferramenta contra a subversão é a voz da oposição política. Vimos, no entanto, que hoje os discursos de partido têm baixa adesão e baixa capacidade de influenciar (Przeworski, 2020, p. 93).

É importante destacar que o efeito mais nocivo de um ciclo de poder populista é que os políticos não conseguem, a despeito de suas promessas, proporcionar uma melhoria na vida das pessoas – percebemos que o problema é muito mais complexo, há uma gama de fenômenos –, dado que suas propostas são tendenciosas, paliativas, xenofóbicas, simplistas e apelativas, de modo que isso amplia o descontentamento do eleitor. A consequência pode ser: repetição do quadro populista, aprofundamento da oposição política, e até, eventualmente, quebra do sistema democrático.

Conforme os índices trazidos pela V-DEM, o Brasil vem sofrendo um movimento de autocratização, estando, em âmbito mundial, incluído dentre os dez países que apresentaram os maiores índices de autocratização.

Figura 1 – Como a autocratização afeta o país – Brasil entre 2010-2020



Fonte: V-Dem Institute, 2021, p. 22.

Da análise dos dados há uma percepção geral contrária ao golpe militar e a todas dimensões de golpe de Estado, no geral. Isso se deve, segundo ao *Latinobarómetro* (2021), pelo seguinte fato: “¿Para qué tener gobiernos militares cuando se puede ser dictador sin usarlos? Los autócratas han aumentado en el mundo desde que pueden ser electos” (p. 32).

Nesse sentido, é na indiferença ante a democracia, e não no autoritarismo, que se refugiam os decepcionados¹⁷ com a democracia (*Latinobarómetro*, 2021, p. 25-26), que votam em populistas, os quais, por sua vez, têm grande chance de iniciar um processo de autocratização.

Conforme anteriormente observado sobre o perfil do eleitor, quanto menos educação, mais jovem e de classe mais alta, maior o apoio a opções não democráticas. Uma explicação possível para o desencanto dos jovens, segundo Mounk (2019, p. 49), é que eles não têm noção de como seria viver em um sistema político diferente, pois não vivenciaram as formas de autoritarismo do século passado, mas estão somente acostumados com as injustiças e hipocrisias do sistema em que vivem.

4.2 Futuro da democracia

Przeworski (2020, p. 98) é pessimista quanto ao futuro. Acredita que haverá o crescimento da desigualdade, desqualificação do trabalho, redução salarial e surgimento de partidos populistas de esquerda e de direita, seguidos de um partidarismo intenso com partidos fracos.

¹⁷ Conforme visto anteriormente sobre o perfil do eleitor, quanto menos educação, mais jovem e de classe mais alta, maior o apoio a opções não democráticas. Uma explicação possível para o desencanto dos jovens, segundo Mounk (2019, p. 49), é que eles não têm noção de como seria viver em um sistema político diferente, pois não vivenciaram as formas de autoritarismo do século passado, mas estão somente acostumados com as injustiças e hipocrisias do sistema em que vivem.

Para o autor, o quadro deve-se às limitações naturais que a democracia representativa possui¹⁸ e quanto a “pretensas” patologias presentes no sistema de representação, como a ideia de que as eleições não são realmente uma escolha, ou que o voto é algo inútil.¹⁹

Quanto ao combate de ameaça populista, Mounk (2019, p. 28-30) destaca algumas propostas: reformar a política econômica para reduzir a desigualdade, redescoberta do sentido de nação, reação e resistência ao impacto transformativo da internet e mídias sociais (Mounk, 2019, p. 28-30).

Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 174-175), políticas de redução de desigualdade social são um importante caminho para que a democracia seja novamente vista como um canal de mudanças positivas. Para os autores, a assistência social foi, por muito tempo, estigmatizada; então, encontrar políticas de base universalista pode ter efeito moderador. Do mesmo modo, políticas mais abrangentes do mercado de trabalho também precisam ser adotadas.

Um ponto difícil e que deve ser trabalhado é saber como se opor aos golpes graduais (subversão sub-reptícia). Mesmo que a resistência seja incômoda e difícil, é necessária para, ao menos, atrapalhar a vida de governos populistas. Deve a oposição chamar a atenção para as medidas autocráticas e antidemocráticas tomadas, bem como forçar as instituições a agirem. Na maior parte dos casos de eleição de populistas, havia profundas divisões na oposição (Mounk, 2019, p. 220-225).

Os autores Levitsky e Ziblatt (2018, p. 23) delineiam, ainda, um conjunto de quatro sinais de alerta que podem auxiliar a reconhecer um autocrata e reagir em tempo hábil: quando o político rejeita ou ignora as regras democráticas do jogo, quando nega a legitimidade de oponentes, quando encoraja a violência, quando apresenta a tendência de restringir a liberdade civil dos oponentes.

Outras lições para o futuro são a importância de se conectar novamente com as preocupações dos eleitores; passar uma mensagem positiva, em vez de criticar demasiadamente os defeitos dos populistas; unir cidadãos em torno de uma visão comum de suas nações; dar esperanças quanto ao futuro econômico; torná-los mais resistentes às mentiras e ódios propagados em mídias sociais (Mounk, 2019, p. 223-228).

Conforme visto, para que uma democracia funcione bem, é requisito que o sistema eleitoral funcione bem. Entretanto, nem sempre esse mecanismo funciona e há duas manifestações desse defeito de funcionamento. Primeiro, se não houver nada em jogo, se mesmo com o voto a vida das pessoas continuar a mesma, ou seja, subsistir uma crença de que o voto não fará a diferença na prática. Segundo, se houver muito em questão, ou seja, subsistir o sentimento de que estar do lado perdedor é penoso demais. Nesses casos, perde-se o incentivo de participar e, inclusive, a oposição poderá não aceitar o resultado da eleição (Przeworski, 2020, p. 85).

¹⁸ Os fenômenos são de ordem econômica, social e tecnológica. Não se pode atribuir a culpa ao “sistema democrático”.

¹⁹ Przeworski (2020, p. 99) defende que as eleições são, sim, um mecanismo de escolha, e sua complexa importância é muito maior do que simplesmente não se satisfazer com “a” ou “b”. Quanto à insatisfação, o autor mostra que em sociedades altamente heterogêneas torna-se cada vez mais difícil que a política agrade a todos. A insatisfação é natural e também é natural que a democracia não consiga dar às pessoas o resultado que consideram mais importante, até porque a democracia não é um ideal ou sistema perfeito, tendo suas próprias limitações, razão pela qual se enfrentam crises, mas ainda é a democracia, nas palavras do autor “[...] a maneira menos pior [sic] de organizarmos nossa vida como coletividade [...]”.

O motivo pelo qual as democracias ainda persistem é a capacidade de manter suas potencialidades negativas: há a possibilidade de substituir um político e governo, depois de determinado período de tempo, previsto constitucionalmente. O problema das democracias atuais é que as virtudes positivas estão se esgotando: a democracia não deve somente evitar o desastre, mas precisa preservar a capacidade de combinar resultados e benefícios, o que não está mais acontecendo. Os partidos foram os instrumentos primários para combinar as virtudes positivas na democracia. Os políticos ainda acabam fazendo promessas, que não são cumpridas. Os “grandes solucionadores” que surgem hoje, os mais grandiloquentes, afirmam ter as respostas verdadeiras (Runciman, 2018, p. 179).

Quanto às virtudes positivas, como a de melhorar a vida das pessoas, foi observado que na América Latina há um *déficit* muito amplo no que se refere à cidadania civil, que se deve à má-prestação de direitos civis e sociais, que, por sua vez, decorre de um cenário de profundas desigualdades e de uma visão ainda muito prematura sobre cidadania civil, em comparação com países de democracia avançada.

Levando em consideração a profunda desigualdade, O’Donnel (2004, p. 58-62) destaca que na América Latina os *déficits* em direito não atingem a todos. Membros da classe média e alta estão melhores em uma democracia política do que no autoritarismo, porém vários países pioraram estando sob a democracia. Uma estratégia, segundo o autor, seria utilizar os direitos políticos existentes para se reivindicar os direitos faltantes, à semelhança do que alguns movimentos, como o feminista, fizeram. O autor destaca a necessidade de se colocar, na América Latina, ênfase nos direitos civis, para que sejam o caminho para conquistas políticas e sociais. Esse caminho só é possível trilhar com a democracia. A conquista de direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, auxilia na conquista de outros, ou cria condições para a conquista e para localizar e definir condições de privação aguda de direitos civis e sociais (O’Donnel, 2004, p. 58-62).

No que diz respeito à escolha do direito, ou seja, seu conteúdo, especificidade, alcance, prioridade, trata-se de temática marcada por variados pontos de vista e preferências, sejam de ordem teóricas, sejam de ordem ideológica. Como resolver, então? A resposta é a democracia, a deliberação democrática, que é realizada pelas instituições mediante a representação.

Nesse sentido, para se recuperar a desconfiança existente requer-se lideranças, mudanças culturais e socioeconômicas, assim como garantias civis e sociais (Latinobarómetro, 2021, p. 72).

CONCLUSÃO

Para o *Latinobarómetro* (2021, p. 35), à luz das três crises existentes hoje – política, sanitária e econômica –, a manutenção do apoio à democracia mostra sua resiliência e demanda. Não parece que os latinos irão culpar a democracia pelos desastres e consequências da democracia.

Segundo Przeworski (2020, p. 55), pesquisa com dados que denotam desconfiança são informativas, mas não proféticas. Para o autor, saber o que significa “democracia” é difícil para as pessoas e varia. Várias pesquisas, inclusive, mostram que o público em geral enxerga a democracia como “igualdade social e econômica”, e não em termos institucionais. Ainda,

mesmo que as pessoas queiram ser governadas por líderes fortes, isso não significa que queiram abdicar o direito de escolha.

Adotou-se, neste trabalho, um conceito minimalista, associado às eleições e ao direito de votar, mas, conforme visto, não significa que esse seja o termo adotado por todos.

Levando em consideração essa proposta, vimos que 77% dos latino-americanos querem votar e escolher seus governantes, mas, paralelo a isso, no Brasil 55% se declaram não democratas e 80% estão insatisfeitos com a democracia, considerando que temos um dos melhores índices do mundo quanto ao nosso processo eleitoral, como atesta o *Democracy Index*.

O cenário é preocupante quanto à juventude, posto que não foi consolidado um senso educacional sobre o significado e a importância da democracia liberal. Há uma tendência à escolha de opções não democráticas, uma vez que, de fato, vivenciamos uma realidade na qual se aumenta as problemáticas associadas à desigualdade e corrupção, mas o caminho, entretanto, não pode ser o fim da democracia ou o apoio a opções não democráticas.

Ocorre que, na medida em que continuar a se apoiar soluções não democráticas e que oposições e a própria população forem conivente com elas, há chance de regimes populistas autocráticos passarem a, cada vez mais, minar os valores democráticos. Ainda, quando não houver oposição à subversão sub-reptícia, cada vez mais as liberdades individuais serão enfraquecidas, reduzindo, paralelamente, a capacidade de oposição.

A questão é que não há antídotos milagrosos. Não há solução definitiva, mas instintivamente se procura tais respostas, que hoje vêm prontas em discursos simplistas e, muitas vezes, violentos, xenofóbicos, racistas e misóginos. Alguém tem de ser o culpado e alguém tem de ser o responsável por uma brusca transformação, a fim de que a esperança perdida seja resgatada.

É essa a crise da democracia. Não é uma crise de autoritarismo ou fascismo, é uma crise de populismo autocrático, em um ambiente que ainda aspira os valores democráticos (apoio ao voto e eleições), mas que está perdido e sem esperança na democracia, em razão dos resultados recentes em termos de insucesso econômico, corrupção, etc.

Há diversas influências que auxiliam um cenário negativo a se formar e que estão fora do controle da democracia em si: novas tecnologias da informação, *Fake News*, mídias sociais. É uma nova estrutura comunicacional, cujos limites não foram traçados, e que tem afetado profundamente o comportamento das pessoas e, conseqüentemente, o processo eleitoral e a governabilidade.

De modo a resgatar a menção à Rancière (1996), a política é um regime do dano infligido à ordem em nome da liberdade, como forma de reagir a uma pretensa realidade igualitária, que não é fatídica. A política somente acontece assim e só existe porque há uma parcela das pessoas que não tem parcela, em termos de agência e participação, como os grupos minoritários no geral, e que demandam seu reconhecimento. A democracia deve ser capaz de traduzir isso.

Por todo o exposto, fica a lição de saber diferenciar entre o que é a democracia liberal, como a desejamos, como é importante e o que são efeitos exógenos que afetam o funcionamento e o fortalecimento democrático, que tem não somente raízes políticas,

mas culturais, econômicas e sociais. Somente assim localizam-se os “culpados”, ao invés de deixar criar um ambiente antidemocrático, que tende à regressão dos direitos, repressão e, eventualmente, violência.

REFERÊNCIAS

- APPLEBAUM, Anne. *El ocaso de la democracia*. La seducción del autoritarismo. [S. l.]: Debate, 2021.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Partidos registrados no TSE*. 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. *G1*. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- LAPOP. *Opinião pública brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas*. 2019. Disponível em: http://www.cepesp.io/uploads/2019/06/VozesBrasil_LAPOP_DisseminationBrazil_June2019.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe 2021*. 2021. Santiago de Chile. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- O'DONNELL, Guillermo. Notas sobre la democracia en América Latina. In: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD. *La democracia en América Latina*. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Buenos Aires: Aguilar: Altea: Taurus: Alfaguara, 2004. p. 11-73.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento político e a filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy index 2020*. In sickness and in health. 2020. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/democracy-index-2020.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- V-DEM INSTITUTE. *Autocratization turns viral*. Democracy report 2021. 2021. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c60f/dr_2021_updated.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

Autora correspondente:

Gabriela Samrsla Möller

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

Av. Nereu Ramos, 3777D - Seminário - CEP 89813-000 - Chapecó/SC, Brasil.

gabriela.moller@unoesc.edu.br

Todo conteúdo da Revista Direitos Humanos e Democracia
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.